

Marialice Mencarini Foracchi tem seu nome gravado na história do pensamento social brasileiro por ter legado uma obra que é considerada um marco na formação da Sociologia da Juventude no Brasil. O cinquentenário da primeira edição de *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* é uma ocasião propícia para revisitar sua obra, com o propósito de buscar nela alguns recursos pertinentes à análise de fenômenos juvenis na atualidade¹. No conjunto de seus trabalhos, Foracchi forneceu-nos análises simultaneamente amplas e profundas sobre os jovens, a condição de estudante universitário e o movimento estudantil. É necessário concordar com Martins (1982), que afirma ser “impossível escrever honestamente sobre os movimentos estudantis e os conflitos de gerações em nosso país sem ampla referência aos trabalhos dessa autora” (p. VIII). Trata-se, como já demonstrou Augusto (2005), de uma “obra clássica”, “na medida em que seus estudos permanecem centrais para a discussão atual desses temas e ainda hoje é possível aprender com seus textos” (p. 12).

As obras dos autores clássicos, apesar de produzidas em outros contextos históricos e sociais, caracterizam-se por preservarem sua atualidade, ao passo que suas interpretações detêm um longo alcance

e significação teórica, constituindo, por essa razão, pontos de referência para questionamento e investigações sobre os processos contemporâneos. É esse o estatuto que atribuímos ao trabalho de Foracchi no campo de estudos sobre a juventude no Brasil. Augusto (2005) destaca que, em sua obra, essa autora abordou questões complexas, como a situação, o papel e polissemia da noção de juventude, o conceito de geração e a coexistência de gerações, os processos de transição para a vida adulta, a socialização, os projetos e a autonomia dos jovens, o estudante como categoria social e o significado dos movimentos juvenis e estudantis, temas que receberam “tratamento deveras apurado, que ainda pode servir de estímulo e diretriz para os(as) analistas contemporâneos(as)” (Ibid., p. 11).²

O presente ensaio representa uma tentativa de sistematização da contribuição de Marialice Foracchi à Sociologia da Juventude, tendo como base sua principal publicação. O objetivo é colaborar para que a teoria social que ela elaborou possa inspirar a reflexão das novas gerações de pesquisadores interessados no tema. Iniciamos por apresentar ao leitor uma exposição sintética da trajetória da Sociologia

1 O autor expressa seu agradecimento a Maria Helena Oliva Augusto pela leitura atenta dos originais e pelo incentivo durante a trajetória deste estudo, ao tempo que assume total responsabilidade sobre o conteúdo apresentado.

2 Apesar de passar por um relativo esquecimento, a obra de Marialice Foracchi tem sido retomada por jovens pesquisadores como Tavares (2008), Martins (2011) e Silva (2014).

da Juventude para, posteriormente, na segunda sessão, apresentar de modo panorâmico sua obra, objetivos e métodos, a fim de mostrar como sua perspectiva interpretativa se delineia, por meio da articulação de três eixos interdependentes e complementares: as relações interpessoais, as histórico-estruturais e a práxis estudantil. Depois abordaremos a transformação do jovem em estudante, a partir da relação dele com a família; destacam-se, então, os vínculos de manutenção e os estilos de dependência atribuídos a situação de classe do estudante. Na sessão posterior é retomada a análise do processo de transição da dependência à autonomia, sobressaindo sua manifestação no âmbito do trabalho, da profissionalização e dos projetos de carreira que expressam os anseios de mobilidade social das famílias de classe média da época de seu estudo. A revisão aborda finalmente sua análise da *práxis* estudantil, apontando as oscilações e inconsistência do radicalismo pequeno-burguês que caracterizou o movimento estudantil por ela estudado. Esperamos que esta revisão possa servir de estímulo à leitura de seus textos originais, que é a melhor forma para conhecer a autora e sua obra.

Antecedentes da Sociologia da Juventude

A juventude figura como tema de pesquisa já nos primeiros estudos empíricos precursores da Sociologia³, sendo, desde então, uma pauta recorrente do interesse sociológico. Em linhas gerais deve ser posto que a juventude surge como tema de pesquisa social nos primórdios da Sociologia. Antes mesmo

dela se constituir como ciência autônoma e institucionalizada, a juventude era objeto de investigação nos estudos de levantamento social que marcaram a pré-história das Ciências Sociais, no século XVIII.

No momento de gênese da Sociologia da Juventude, quando os precursores buscavam apontar os traços distintivos do processo de maturação social, predominava a imprecisão nas categorias utilizadas. Segundo Flitner (1968), “não é possível ignorar a falta de precisão com que são aplicados os conceitos ‘juventude’, ‘rapazes e moças’, ‘os jovens’ que são utilizados como contraste para ‘criança’” (p. 40). As pesquisas iniciais foram marcadas por perspectivas educacionais, normativas e psicológicas sobre a condição juvenil, situação que só seria alterada em meados do século XX.

Na época que corresponde ao início do século XX e se estende ao período entre as guerras mundiais, o campo de estudo da juventude ainda permanecia, em grande medida, dominado pela Educação e pela Pedagogia. A constituição de uma sociologia específica se realizaria lentamente como resultado direto da maior visibilidade social adquirida pela juventude, que passou a ser considerada um segmento diferenciado e um grupo socialmente distinto. Para isso, foi decisivo o surgimento de um “movimento juvenil” e da “cultura juvenil” que apareceram, principalmente, nos primeiros anos do século XX. As manifestações dos traços culturais e políticos juvenis fizeram-se presentes em movimentos culturais modernistas e nas vanguardas políticas. Com efeito, ainda na primeira década desse século, tiveram início as primeiras experiências de institucionalização das pesquisas sociais sobre juventude na Alemanha. No período entre as duas grandes

3 Flitner (1968) cita como precursores dos estudos sobre juventude autores como John Looch, David Fordyce, Jean-Jacques Rosseau, Johann Heinrich Pestalozzi, Stanley Hall, entre outros.

guerras, a produção da pesquisa social deslocou-se para o outro lado do Oceano Atlântico, encontrando na Escola de Chicago sua expressão mais avançada.

Com a implantação dos regimes fascistas, e depois da eclosão da II Guerra Mundial, as pesquisas sociológicas sobre juventude foram suspensas no continente europeu. Apenas o sociólogo húngaro Karl Mannheim, em seu exílio na Inglaterra, desenvolveria sistematicamente uma teoria sociológica das gerações. Sua contribuição foi decisiva para a formação de Sociologia da Juventude, fornecendo o conceito sociológico de geração, que rompeu com resquícios naturalistas da explicação do fenômeno, definindo-o como uma condição situacional ante o processo histórico e social. Em sua visão, uma geração é constituída por aqueles que vivem uma “situação” comum perante às dimensões históricas do processo social, o que caracteriza uma “situação de geração”. De acordo com Mannheim (1982), “para se participar da mesma situação de geração, isto é, para que seja possível a submissão passiva ou o uso ativo das vantagens e dos privilégios inerentes a uma situação de geração, é preciso nascer dentro da mesma região histórica e cultural” (p. 85). A situação de geração corresponderia a certos locais geracionais que estruturam posições sociais compartilhadas por indivíduos de um mesmo grupo etário, mas que não se reduz à idade deles. Deste modo, compreende-se que *geração* é um conceito situacional.

Sucedendo-se no tempo, as gerações se apresentam como a não simultaneidade do simultâneo, o que significa que cada ponto do tempo é um espaço de tempo que não se reduz a uma única e homogênea relação com o tempo histórico. Ou seja, indivíduos de gerações diferentes passam por processos históricos simultâneos de modos diferenciados. Os membros de uma mesma geração

também podem atribuir significados distintos ao mesmo contexto histórico. Com efeito, a geração, assim como a classe social, apresenta-se mais como uma potencialidade do que como um grupo concreto que resultaria da transformação dialética do grupo *em si* em um grupo *para si*. Mannheim (1982) produziu então uma importante distinção entre *geração enquanto realidade* e *unidade de geração*. A *geração enquanto realidade* implica algo mais do que copresença em uma tal região histórica e social; implica a criação de um vínculo concreto entre os membros que a compõem mediante a sua exposição aos mesmos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica. Por sua vez, a *unidade de geração* implica um vínculo ainda mais concreto do que o verificado na *geração enquanto realidade*: ela refere-se a um compartilhar de experiências comuns que lhe confere unidade. Essa unidade de geração ocorre quando os jovens compartilham conteúdos mais concretos e específicos, formados por uma socialização similar, e desenvolvem, em função disso, laços mais estreitos, levando à identificação e ao reconhecimento mútuo devido às similaridades das situações e das experiências, constituindo uma comunidade de destino (Mannheim, 1968).

Uma unidade de geração não é um grupo concreto, embora possa ser acompanhada de grupos concretos nos quais a similaridade de situação possibilita atividades integradoras que provocam a participação e os capacita a expressarem exigências relativas a essa situação comum. Os grupos concretos das novas gerações encontrariam no movimento juvenil a expressão de sua localização na configuração histórica prevalecente (Mannheim, 1968).

Percebe-se que essa abordagem confere importância central às experiências dos jovens. Eles são identificados como agentes propulsores das dinâmicas da sociedade,

como importantes promotores de mudanças e transformações culturais e de relações sociais. Isso porque uma nova geração “não está completamente enredada no *status quo* da sociedade”, (Mannheim, 1968, p. 73).

A juventude passa a ser percebida como parte dos *recursos latentes* de que a sociedade dispõe, e a vitalidade da própria sociedade depende de seu engajamento. O maior ou o menor grau desse potencial de mudança é atribuído às sociedades dinâmicas, enquanto as que buscam conter a juventude podem ser entendidas como sociedades estáticas (Mannheim, 1968).

Os jovens, como parte dos “recursos latentes” de que dispõem as sociedades, aparecem como grupo estratégico não apenas na reprodução das relações sociais, mas também para a sua transformação. Como mencionado, as gerações são ainda “uma potencialidade”, sem que a elas corresponda uma consciência, tal qual às classes que não se tornam *para si*. O potencial transformador da juventude, para ser exercido em toda sua força, necessita que ela se constitua em “geração para si”, com alto nível de identidade e capacidade de organização. Isso só ocorre quando a juventude se encontra ciente de si mesma, percebendo sua unidade de geração e avançando na direção da construção de grupos concretos. Mannheim (1982, p. 71), em uma nota de rodapé, sugere que uma questão para a pesquisa social pode ser identificar em quais condições os membros individuais de uma geração se tornam conscientes de sua situação comum e fazem dessa consciência a base da solidariedade grupal. A abordagem das gerações por sua dimensão dialética permite perceber que, sociologicamente, a juventude é um veículo de ligação entre o passado e o futuro; por meio dela, a sociedade se renova permanentemente.

Todavia, foi nos Estados Unidos da América que se desenvolveram os estudos sociológicos sistemáticos sobre juventude,

durante a estagnação do debate europeu. Nesse novo ambiente, a Sociologia da Juventude foi constituída como especialidade disciplinar, abandonando a tendência anterior em generalizar para toda população juvenil o que era verificado apenas numa amostra dos jovens. Ou seja, nesse novo espaço social e institucional, a juventude seria estudada em vínculo estreito com a sua comunidade.

Ainda na década de trinta, ganharam destaque na Universidade de Chicago os estudos sobre a delinquência juvenil que analisavam o fenômeno das gangues urbanas. Nessas análises, a tensão racial e a demarcação da territorialidade provocada por filhos de imigrantes italianos, judeus e irlandeses aparecem como aspectos fundamentais da constituição da problemática de pesquisa sobre juventude. Nessa linha temática destaca-se o trabalho de Frederic M. Thraste, que publicou *The Gang* em 1936 e que constitui referência para os estudos posteriores sobre o assunto. O mesmo tema é abordado por William Foote Whyte entre os anos de 1936 e 1940, que investigou gangues de jovens filhos de imigrantes italianos em uma região segregada de Boston, trabalho que resultou em uma tese de doutorado e um livro sob o título *Sociedade de Esquina*.

Conforme indicam Cardoso e Sampaio (1995) nesses estudos, a delinquência juvenil é tratada como uma subcultura das “classes baixas” que rejeitam os valores das “classes médias”. A ideia de subcultura delinquente é central nos estudos da Escola de Chicago, da mesma forma que as noções de papéis sociais e da função mediadora exercida pelos símbolos; ao atribuir sentidos às interações sociais constitui um dos principais aportes dessa geração à Sociologia, em geral, e à Sociologia da Juventude, em particular.

A juventude seria tematizada ao longo da segunda metade do século XX a partir de

uma ótica reativa e “depositária de um certo medo” (ABRAMO, 1997, p. 30), ou seja, como problema social. Os estudos sociológicos dos anos de 1950 percebem os jovens a partir do recorte de grupos de idade e enfatizam a predisposição juvenil à transgressão e à delinquência. Nesse sentido, apresentam-se em grande parte como continuidade dos estudos iniciados nos anos trinta pela Escola de Chicago, passando, porém, a ser desenvolvidos nos marcos teóricos do estrutural-funcionalismo.

Ainda nos anos cinquenta, influenciado pelo estrutural funcionalismo parsoniano, Eisenstadt publicou o livro *De geração a geração*. Nesse estudo, o autor objetivou analisar vários fenômenos sociais, conhecidos como grupos etários, movimentos juvenis etc., e averiguar se era possível especificar as condições sociais sob as quais surgem, ou os tipos de sociedade em que ocorrem (EISENSTADT, 1976, p. XI).

Eisenstadt buscou entender em quais condições a idade era decisiva para a alocação de papéis e a definição de fronteiras entre grupos, verificando se as graduações etárias se traduziam em interações concretas, produzindo efeitos integrativos. Para ele, os papéis desempenhados pelos indivíduos em qualquer etapa de sua vida na interação com indivíduos de outras gerações deveriam “aguçar” e reforçar sua função como transmissores e receptores da herança cultural e social (EISENSTADT, 1976). As relações entre gerações e a ênfase dada às diferenças etárias decorreriam das características básicas do processo de socialização. Portanto: “A função das definições de idade é tornar o indivíduo capaz de aprender e adquirir novos papéis para tornar-se um adulto, e desta maneira manter a continuidade social” (Ibid., p. 7). Nessa perspectiva, a socialização aparece como um mecanismo de modelagem das personalidades, que estrutura as condutas essenciais ao funcionamento social.

No início dos anos de 1960, o sociólogo norte-americano Parsons publicou *A classe como sistema social*, em que opera uma análise dos grupos juvenis em instituições de ensino. Nesse artigo, Parsons (1968) discute o desenvolvimento de uma “cultura juvenil” como decorrência do processo de expansão do sistema educacional a toda a população infanto-juvenil norte-americana. Para esse autor, a “cultura juvenil” é necessariamente ambígua, uma vez que, na escola, os grupos de pares surgem como meio de proteção à aculturação para os jovens das classes baixas, preservando seus vínculos identitários de origem familiar e étnico. Parsons identificava nesse comportamento uma postura “anti-intelectualista”, enquanto que, no ensino médio, os pares de idade exerceriam outra função, estando agora vinculados à diversificação dos papéis sociais. Desse modo, a ambiguidade reside no duplo caráter da cultura juvenil, que pode assumir funções tanto progressivas quanto regressivas no que diz respeito à incorporação dos valores da sociedade envolvente, por intermédio dos processos de socialização no ambiente escolar (Ibid., 1968).

A ênfase dos estudos do final dos anos de 1960 seria conferida ao comportamento político dos jovens e, mais precisamente, aos movimentos estudantis. As pesquisas de então buscavam explicar essas novas manifestações culturais e políticas da juventude como formas de “comportamento desviante”, também atribuindo a essa categoria a possibilidade de transformação social. Naquele contexto de transformações sociais e culturais e de modernização produtiva acelerada, a juventude aparecia como uma categoria portadora de possibilidades de transformação social em diferentes graus e propósitos. Isso, porém, não significou o abandono do enfoque da juventude enquanto problema. No conjunto, nesse período, predominam

pesquisas com base teórica no funcionalismo, que identificavam na geração jovem uma ameaça à ordem social nos planos político, cultural e moral, atribuindo o comportamento contestador às novas dinâmicas de socialização que permitiriam o afrouxamento dos vínculos estruturais.⁴

A Sociologia da Juventude chega ao Brasil

Foi na década de 1960, no Brasil, que o tema da juventude entrou na pauta de interesses dos cientistas sociais. Nessa época, por meio do rock 'n' roll, da liberação sexual, da contracultura, do movimento estudantil, da luta por direitos civis e pela paz, a juventude criticava a ordem social estabelecida. Porém, a efervescência democrática e popular do início dos anos sessenta seria interrompida com o golpe militar de 31 de março de 1964. Um dos primeiros atos dos militares foi perpetrado contra o movimento estudantil, representado nacionalmente pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Evidência disso foi a invasão da sede da UNE no Rio de Janeiro, saqueada e queimada pelos militares, no dia seguinte ao golpe. Os jovens estudantes foram encarados pelo regime militar como elementos de alta periculosidade para a “segurança nacional”, sendo classificados como “subversivos” e mesmo “terroristas” (POERNER, 1995).

Nessa conjuntura de “rebelião da juventude” (FORACCHI, 1972), os estudos voltaram-se principalmente para as formas de engajamento culturais e políticos dos jovens. O artigo de Octávio Ianni “O jovem radical”, publicado originalmente em 1963, em

seu livro *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*, constituiu um dos primeiros registros no país de uma reflexão sociológica sobre a juventude. Nele é analisada a condição juvenil na sociedade capitalista a partir de uma visão estrutural das implicações decorrentes das determinações político-econômicas e de classes sobre o jovem, o que resultaria, do ponto de vista do autor, numa tomada de posição do jovem como radical ou conservador.

No final da década de 1960, destacam-se duas publicações. Uma é *O poder jovem*, do historiador Artur José Poerner, que trata da história da participação política dos estudantes brasileiros. Nesse trabalho historiográfico é evidenciada a longa trajetória de participação política dos jovens, em dois períodos, antes e depois da fundação da UNE. Esse livro foi lançado em 26 de julho de 1968 e seria um dos primeiros oficialmente proibidos com a edição do Ato Constitucional n. 5, de dezembro daquele ano. A outra é a coletânea *Sociologia da juventude*, organizada por Sulamita de Brito em quatro volumes, publicados igualmente no ano de 1968. A organizadora da coletânea procurou, de um lado, reproduzir trabalhos que revelavam o esforço de constituir uma Sociologia da Juventude, e de outro trazer exemplos característicos dos métodos adotados (BRITTO, 1968). Devido à vasta relação de autores que reúne e dos temas que aborda, esse conjunto figura como referência obrigatória para os pesquisadores do tema. Apesar disso, não caracteriza a produção de um pensamento social brasileiro sobre juventude, com exceção dos artigos de Octávio Ianni, citado acima, e outro, do cientista político Gláucio Dillon Soares, sobre ideologia e participação política estudantil.

4 Encontramos exemplos desse debate na coletânea organizada por Sulamita de Brito (1968), *Sociologia da Juventude IV: os movimentos juvenis*.

Com efeito, seria Marialice Foracchi quem realizaria um trabalho original, de maior fôlego e envergadura analítica, sobre a construção social das categorias jovem e estudante e o movimento estudantil brasileiro. Martins (1982) resume como se processou sua breve trajetória:

Marialice M. Foracchi inicia-se como socióloga preocupada com a educação e com a sociologia da educação. Dos estudos sobre a situação de ensino e a eficácia do trabalho do professor, ela progride para o estudo sobre o estudante, suas relações, seu mundo, sua história, suas aspirações, suas limitações. Esse avanço deslocou o centro das preocupações de Marialice para as relações de classe, para o lugar central do trabalho na história humana, para a exclusão daqueles que não estão no núcleo de recriação da sociedade capitalista que é a produção. Foi o que lhe permitiu desenvolver preocupações na etapa final da vida, com os movimentos sociais, suas lutas, suas tentativas de participação na construção de uma sociedade democrática. (MARTINS, 1982, p. VIII)

O interesse de Foracchi pela temática da juventude dar-se-ia a partir da influência recebida de Karl Mannheim, primeiramente no campo da educação, como demonstra a publicação de *Educação e planejamento: aspectos da contribuição de Karl Mannheim para a análise sociológica da educação* (FORACCHI, 1960). Nesse trabalho inicial, ela buscou sistematizar as contribuições de Mannheim na análise do campo educacional, retomando a questão a partir das teorias do conhecimento e do planejamento. Seu interesse deslocou-se então para as condições sociais do estudante. Ela participaria de um estudo realizado pela Universidade de São Paulo com vista a levantar informações sobre as condições socioeconômicas do estudante universitário, trabalho que resultou no artigo “O Estudante Universitário: resultados iniciais de uma investigação sociológica” publicado na Revista Anhembi

em fevereiro de 1962, no qual antecipou aspectos que receberiam tratamento mais apurado em sua tese de doutorado.

Ela voltaria seus esforços para responder uma questão proposta por Mannheim (1982) sobre as condições nas quais os membros individuais de uma geração se tornam conscientes de sua situação comum e fazem dela a base da solidariedade grupal produzindo grupos concretos, como os que se expressam no movimento estudantil. Essa questão estaria presente nos dois principais trabalhos de Foracchi, *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* (1965) e *A juventude na sociedade moderna* (1972). Entre esses dois livros destacam-se os artigos publicados na Revista Civilização Brasileira nos anos de 1966 e 1968 e na Revista Latino-americana de Sociologia, em 1966, com textos que retomam as conclusões de sua tese de doutorado e atualizam os recursos teóricos para explicar as mudanças substanciais havidas no movimento estudantil ao longo daquela década. Em seu conjunto, essas publicações podem ser percebidas como exemplos paradigmáticos da produção teórica sobre “juventude” que se iniciava no Brasil. No primeiro, ela se propôs a “caracterizar o conjunto de mecanismos e processos que presidem à constituição do estudante como categoria social” (FORACCHI, 1965, p. 3), a fim de caracterizar a ação do estudante no processo de transformação da sociedade brasileira. No segundo livro, propôs-se a “analisar, sociologicamente, a rebelião da juventude, como manifestação da crise da sociedade moderna, na forma predominante de que o fenômeno se revestiu que é o movimento estudantil” (Id., 1972, p. 11). Ao longo de seus trabalhos, a noção de juventude se constituiria como categoria histórica e social por intermédio do movimento de juventude.⁵

5 Marialice Foracchi também publicaria outras duas obras de referência, a saber: Foracchi e Pereira (1971) e Foracchi e Martins (2004).

Com seus trabalhos, Foracchi se destacaria no pensamento social brasileiro por fornecer uma explicação sociológica para a condição juvenil e o movimento estudantil de sua época. Ela conferiu um tratamento sociológico ao movimento estudantil explicando-o a partir das condições estruturais da sociedade de classes. A própria autora estabeleceu o diferencial de seu trabalho em relação aos demais. “Nele a classe, como categoria explicativa, é o eixo básico da exposição, já que a compreensão objetiva do processo de constituição do estudante como categoria social, não dispensa a elucidação da natureza e do vínculo de classe” (FORACCHI, 1965, p. 6), na medida em que, “na sociedade brasileira, a mobilização dos recursos educacionais de nível superior é definitivamente marcada pela estrutura de classe.” (Ibid., p. 6). Como salienta a autora, as relações de classe representam objetivamente “os padrões de pensamento e de experiência inerentes ao estilo de convivência na sociedade moderna” (Ibid., p. 66), e fundamenta sua análise do movimento estudantil na vinculação do estudante universitário com as classes médias. “O comportamento político do estudante brasileiro pode ser compreendido, num primeiro momento da análise, como produto ‘revolucionário’ da frustração das aspirações da classe média” (Id., 1966, p. 10). Com efeito, o movimento estudantil poderia ser explicado pela origem socioeconômica do estudante universitário de tal maneira que ele seria a expressão radical da práxis pequeno-burguesa, visto que a origem de classe do estudante universitário era essa.

É necessário registrar que Foracchi promove em seus escritos um diálogo contínuo, aberto e crítico com os principais sociólogos ou cientistas sociais que poderiam apresentar contribuições para a compreensão dos fenômenos e processos sociais investigados. Com efeito, ela con-

seguiu legar uma contribuição original à Sociologia da Juventude, distinta da abordagem estrutural-funcionalista predominante no período, mesmo que se perceba em seus textos sobre o tema um frequente debate com autores como Parsons, Merton e Eisenstadt. Preferindo as abordagens dialéticas e influenciada principalmente por Florestan Fernandes e Karl Mannheim, ela articulou, em um mesmo empreendimento analítico, as dimensões da estrutura e da ação social.

Como resultado, ela identificou de maneira original os vínculos de classe do estudante universitário tanto como classe média em ascensão, ao focar o processo de transformação do jovem em estudante, quanto como pequena-burguesia radicalizada ao interpretar as práticas e as limitações do movimento estudantil universitário. Tendo presente a distinção entre essas categorias, ela reconhece a pluralidade do estrato intermediário da formação social brasileira. Isso não significa qualquer ambiguidade ou imprecisão nos termos utilizados pela autora – classe média e pequena burguesia –, mas a amplitude e radicalidade presente em seu horizonte teórico. A concepção de classe social adotada por Foracchi apoia-se em Mannheim e Fernandes, que foram atentos leitores de Marx, indicando que esse conceito “compreenderia, então, relações de localização, caracterizadas por padrões peculiares de pensamento e de experiência” (FORACCHI, 1965, p. 66), os quais se manifestam em diferentes esferas das relações sociais, isto é, “das relações decorrentes da localização dos agentes na escala socioeconômica” (Ibid., p. 66). Assim, na primeira parte de “O Estudante...”, ao discutir as relações interpessoais do estudante no âmbito da família, apoia sua análise principalmente em autores norte-americanos críticos ao estrutural-funcionalismo, como

Wright Mills⁶, de quem recolhe elementos da problemática da “nova classe média”, no contexto das mudanças sociais provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo no pós II Guerra Mundial. Já na segunda parte do livro, ao tratar das relações dos estudantes nos processos histórico-estruturais que resultariam em seu engajamento político, baliza a análise da práxis estudantil nas contradições inerentes à pequena burguesia, sendo evidente que recorre ao tratamento conferido por Karl Marx ao comportamento político dessa classe em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”. Ou seja, ela recorre aos conceitos adequados aos propósitos explicativos de cada nível da análise empreendida, que mantêm entre si laços de conexão e complementariedade.

Como mencionado, também sobressai no pensamento de Foracchi a influência de Florestan Fernandes, uma vez que ele foi seu professor e orientador acadêmico. Ela recorre a Fernandes principalmente para desvendar o pano de fundo dos processos sociais que investiga, ou seja, as transformações em curso na sociedade brasileira, em termos de urbanização, industrialização, migrações internas, emergência de movimentos sociais e a consequente formação/transformação das classes sociais, em particular o papel da pequena burguesia no caráter na revolução burguesa no Brasil. Essa base teórica é complementada com as abordagens de Celso Furtado sobre as dinâmicas do desenvolvimento e subdesenvolvimento e da realizada por Octavio Ianni, sobre o radicalismo político juvenil. Em resumo, a partir dessas influências Foracchi promoveu um amplo diálogo com autores de sua época forjando uma perspectiva teórica ampla e crítica, o que resultou numa contribuição analítica paradigmática.

Seu *insight* original foi perceber que “a análise objetiva da sociedade brasileira” não poderia “prescindir da determinação precisa do significado da participação do estudante no processo de transformação social” (FORACCHI, 1965, p. 3). Em razão disso, compreendia que:

Uma das principais tarefas com que se depara a abordagem sociológica é, pois, caracterizar o conjunto de mecanismos e processos que presidem à constituição do estudante como categoria social. Isso significa que o estudante deve ser focalizado tanto em termos das condições sociais que balizam o seu comportamento, vinculado a ordem social existente; quanto em termos das modalidades possíveis de ampliação dos seus horizontes de ação (Ibid., p. 3).

Seu método de investigação articula num mesmo empreendimento as dimensões objetivas e subjetivas do comportamento do estudante, ou seja, as determinações estruturais dos sentidos da ação estudantil. Como a própria Foracchi (1965, p. 3) destaca, sua perspectiva interpretativa “pode ser compreendida como uma tentativa de integração analítica das relações interpessoais com as formas de atuação concreta”, por meio da qual a autora busca “fundir a trama das relações com o significado concreto da ação, subordinando-as a uma modalidade de apreensão unívoca”. Dessa forma, a autora busca “desvendar tanto aquilo que nas representações dos estudantes surge como o motivo real da ação, quanto aquilo que, no contexto da situação global, impõe-se, objetivamente, como resultado de sua ação”. (FORACCHI, 1965, p. 3-4).

Sua pesquisa empírica foi desenvolvida ao longo de três etapas sequenciais. Teve início em 1960, quando foram aplicados questionários padronizados a 5% da população

6 A esse respeito consultar: Mills (1979).

estudantil da Universidade de São Paulo, como se distribuíam pelas faculdades que integravam esse organismo universitário, o que abrangeu 377 estudantes de todos os seus institutos e faculdades. A sistematização dos dados dessa primeira fase propiciou a elaboração de algumas categorias empíricas essenciais à abordagem sociológica do estudante universitário. Com base nessas condições, foi efetuado um reagrupamento da população estudantil, tomando como variável básica a sua condição de manutenção e obtendo três categorias empíricas compostas pelos *estudantes totalmente mantidos pela família*, os *parcialmente mantidos pela família* e os *estudantes que trabalhavam* (FORACCHI, 1965).

Na segunda etapa procedeu a um levantamento em amostra constante de 15% dos estudantes incluídos em cada uma das categorias de manutenção anteriores, o que resultou num total aproximado de 55 estudantes de diferentes faculdades. Já tendo respondido o formulário, foram submetidos a uma entrevista aberta, com roteiro previamente testado e reformulado. Os resultados contribuíram para o conhecimento “dos processos e situações que moldam o comportamento e a atitude do estudante, mas nada acrescentaram quanto às implicações presumíveis da sua participação política” (FORACCHI, 1965, p. 9).

A pesquisa foi concluída com o recurso de uma terceira fase, em que a pesquisadora buscou suprir a lacuna da fase anterior sobre o comportamento político do estudante universitário paulista recorrendo à realização de entrevistas com líderes estudantis, representantes das diferentes correntes políticas atuantes no movimento estudantil da época. Como resultado desse procedimento de coleta de dados primários, aos quais se acrescentou a observação sistemática, ela pôde identificar empiricamente os vínculos com

a pequena burguesia como um dos componentes constitutivos do comportamento e da ação do estudante universitário. Desse modo:

O conteúdo singular dessa vinculação patenteou-se, porém, quando focalizado em termos da problemática atual da sociedade brasileira, ou seja, da sua luta pertinaz contra as limitações do subdesenvolvimento. Comprovou-se, assim, a necessidade de operar, no nível da reconstrução interpretativa, com três ordens de manifestações, geradas em planos distintos da realidade social e da explanação teórica, quais sejam: a) relacionadas com o comportamento do estudante e focalizadas no **nível das relações interpessoais**; b) relativas à situação de classe e apreendidas ao nível das **conexões histórico – estruturais**; e c) que dizem respeito aos fatores constitutivos do processo de transformação do sistema e formulados no nível da **objetivação da práxis** (FORACCHI, 1965, p. 11, grifos meus).

A condição do estudante seria caracterizada por uma posição ambígua, ao ter de conjugar presente e futuro simultaneamente: sua existência sendo definida pelas condições sociais que balizam suas possibilidades de ação futura e aparecendo como um elo na sucessão entre gerações, o jovem se projeta no futuro a partir da situação de classe de sua família. A autora, assim, articula, como sendo determinantes, três níveis de análise dos mecanismos que presidem a construção do estudante como categoria social: as relações interpessoais, a situação de classe e os processos de transformação da sociedade inclusiva (AUGUSTO, 2005).

A transformação do jovem em estudante: manutenção, dependência e classe

Ao analisar o processo social de transformação do jovem em estudante, Foracchi (1965) demonstrou como operavam os mecanismos e processos de vinculação do jovem

ao sistema social, efetivado pelas relações entre jovens e adultos tais como ocorrem no âmbito da família. Assim, demonstrou que os jovens se vinculam ao sistema global inicialmente por meio da família, que ocupa uma posição nas relações sociais de produção. Portanto, essa é a primeira instituição a promover a adesão do jovem ao sistema e, por consequência, a uma determinada situação de classe. Os mecanismos dessa vinculação resultam da peculiaridade das relações interpessoais geradas no âmbito da família, ou seja, realizam-se por meio das relações de manutenção e dependência.

Foracchi percebe o jovem como um ser em formação, cujo destino depende de um jogo incerto de fatores. Sempre que possível, a família tenta dirigir esse processo. Dessa forma, o jovem aparece como um “ser socialmente dependente, em busca de recursos eficientes de autonomia ou de emancipação” (FORACCHI, 1965, p. 18). Diante disso, a condição juvenil é compreendida pela autora como sendo marcada pela posição subalterna do jovem em relação ao adulto – ele ainda não tendo concluído a transição social da situação de dependência à autonomia. Por sua vez, o adulto manipularia um sistema sutil de controles com vista a controlar e direcionar os jovens. Apesar de todos os mecanismos de controle mobilizados, esse processo não é isento de conflitos e contradições. As tensões geradas não se esgotariam no sistema de relações recíprocas presente nas relações do estudante com a família, mas transcenderiam para o questionamento da própria ordem vigente, ao mesmo tempo que reforçariam e renovariam constantemente os vínculos existentes. Esse seria mais um elemento a reforçar o caráter ambíguo da condição social do jovem estudante e da própria condição juvenil. Esse processo, observado a partir do relato de jovens provenientes de famílias de classe média, que experimentaram

um processo de ascensão social por conta do processo de industrialização e urbanização, revelou uma ideologia de valorização da juventude e da educação (FORACCHI, 1966) que se objetivava no investimento na educação superior dos filhos como estratégia de mobilidade social ascendente ou, ao menos, de reprodução da situação de classe da família. Como salienta Augusto (2005) a esse respeito:

Há, portanto, um compromisso de retribuição que é amplo e permanente, e envolve o papel conferido ao jovem nos planos familiares de ascensão (ou de manutenção de posição) social. Assim, essa obrigação implica responsabilidade, tanto em relação ao seu próprio destino pessoal como em relação ao destino familiar. Seu compromisso é o de fazer efetivas as conquistas e de propiciar novos avanços. Ainda que configurada no presente, a dívida pode ser deslocada para o futuro, na medida em que existe a expectativa de que sua realização profissional possibilite a manutenção ou a melhoria da posição relativa da família em termos de estratificação social (p. 15).

Chama a atenção que nesse jogo de relações recíprocas se processam formas de valorização da inexperiência que caracterizaria o estudante mantido pela família. Nesse caso, a inexperiência converte-se em fator de superioridade quando se opõe à experiência do adulto, quando a reprodução dela deixa de ser um objetivo e é reconhecida como uma limitação (FORACCHI, 1965, p. 24). Ela conclui que a dependência econômica da família equivale, para o jovem estudante universitário, a submeter-se a um sistema de compromissos e pressões, estando de tal forma vinculado a ele que até as manifestações da vontade individual são contidas. Conforme a autora:

Aqui está o sentido ambíguo da dependência a que antes nos referimos: só na qualidade de totalmente mantido é que o jovem dispõe de condições para ser um estudante. E são paradoxalmente esses mesmos fatores que criam obstáculos à sua

realização pessoal porque reprimem, inclusive, as mais simples manifestações de vontade autônoma. Como ser estudante, e portanto categoria social independente, se não é possível deixar de ser, ao mesmo tempo, jovem dependente, submisso e comprometido? (FORACCHI, 1965, p. 27-28)

O jovem estudante experimenta, assim, a ambivalência de sua condição social como jovem e de sua posição social como estudante universitário. Com base nessa observação, Foracchi caracterizou o estilo de vida peculiar do jovem a partir da “valorização da inexperiência como atributo positivo, pela subordinação da vontade como recurso de afirmação e pela tentativa de mobilização das condições sociais existentes, no sentido de proceder à transformação do jovem em estudante” (FORACCHI, 1965, p. 31). Se isso for colocado em termos da distribuição dos tipos de estudantes, teríamos a valorização da inexperiência como traço marcante do estudante totalmente mantido pela família e os vínculos da dependência limitando a conquista de autonomia, como característica do estudante parcialmente mantido pela família. O sentido manifesto nas relações do jovem com o adulto seria, por conseguinte, o de provocar formas mútuas de ajustamento que acarretariam a subordinação criadora do jovem e a distensão dos canais de participação social do adulto.

Por sua vez, o jovem que estuda e trabalha teria como traço distintivo a difícil tarefa de desdobrar-se entre duas atividades intensamente socializadoras. Nesse caso, a inserção no mundo do trabalho tanto pode ser um “recurso de subordinação” (FORACCHI, 1965, p. 47), como pode propiciar “consequências emancipadoras” (Ibid., p. 50). No primeiro caso, o trabalho representaria apenas o prolongamento da dependência em um outro nível. Porém, isso tem um agravante: a fragmentação da própria condição do estudante, que se encontra agora dividindo em tempos distintos e concorrentes de trabalho e de estudo. Para esse estu-

dante, o trabalho significa somente um novo setor de atividade, necessário, não podendo ser dispensado, mas que não lhe acrescenta qualquer dimensão inédita. Pelo contrário, chega a ser irritante pela falta de sentido, pela pobreza de contatos e pela rotina. (Ibid., p. 48). No segundo caso, seu sentido emancipador pode ser enunciado sobre aspectos como: quando o trabalho faz que o curso tenha importância acessória, razão pela qual Foracchi se refere a esse jovem como trabalhador-estudante, ou quando a experiência do trabalho propicia ao estudante-trabalhador elaborar seu projeto profissional ou projeto de carreira, como menciona. A necessidade de trabalho também se mostra positiva num outro plano: mediante um compromisso informal, mas tácito, o trabalho mantém os vínculos entre o estudante e a família, porém alterando a posição do jovem que se positiva como alguém que obtém os recursos necessários a sua autonomia, mesmo que parcialmente.

Nesse ponto importa reter que a análise pela autora das relações de manutenção revelou dois aspectos principais do ajustamento dos jovens ao adulto. Primeiramente, no plano das atitudes, foi destacada a valorização da inexperiência pela eficiência com que opera como fator de acomodação. Conforme Foracchi conduz sua análise, ela demonstra que o jovem, ao desenvolver essa atitude, se colocaria perante ao adulto como um ser em formação capaz de discernir as inconsistências do seu próprio comportamento. Ela enfatiza igualmente o caráter recíproco desse processo, uma vez que “a valorização da inexperiência só se objetiva quando confrontada com a experiência do adulto” (FORACCHI, 1965, p. 32). Depois, no plano do comportamento efetivo, a acomodação se constitui no sentido ambíguo de subordinação da vontade. Desse modo, estaria confirmada a contradição inerente à inexperiência que se valoriza e à vontade que se subordina, tal como se caracterizaria a condição social do jovem estu-

dante mantido pela família. Isso porque “as relações de manutenção pressupõem vínculos de retribuição que são a manifestação visível das formas de dependência que unem o estudante à família.” (Ibid., p. 36). Percebe-se que as relações de manutenção operam como dispositivo de ajustamento do jovem ao sistema a partir da família, e que nas relações de dependência esse ajustamento se processa a partir do jovem para com a família e sua situação de classe.

Por sua vez, “a dependência adquire sentido de relação social, na qual os laços de reciprocidade se transformam em compromisso de retribuição (FORACCHI, 1965, p. 86). A dependência do estudante em relação à família é descrita, então, como “*sistema de controle* criando, incessantemente, novos laços para prender o estudante à sua condição de manutenção” (Ibid., p. 36). É ainda descrita como “sistema de prestação de contas, que une o estudante à família, pelo ativo e pelo passivo.” (Ibid., p. 37). Tal seria o conteúdo das relações de dependência que procuraria incorporar nos jovens a ideologia da ascensão social típica da situação da classe média no sistema de classes. Aliás, a própria situação da classe média, diante da classe dominante, seria de subordinação e dependência, expressando-se nas representações ideológicas da mobilidade social ascendente.

Na abordagem sociológica desenvolvida por Foracchi, a dependência do estudante assume feições integrativas ao sistema global, que opera no nível das relações interpessoais e se traduz como um estilo de convivência peculiar do grupo no qual se manifesta. No contexto das relações familiares, os mecanismos que sustentam os vínculos de dependência são a

identificação e a compensação, como justificção ética da responsabilidade (FORACCHI, 1965, p. 45). Assim, as relações dos jovens com os adultos desenvolvem-se de acordo com um padrão de dependência, sendo fenômeno nitidamente social. Validamente, as pressões modeladoras do adulto ao longo dos processos de socialização visam a induzir “o jovem a formar-se de acordo com os padrões e a problemática incorporada pelo grupo com o qual o adulto se identifica.” (Ibid., p. 61). Por isso, a socialização representaria necessariamente uma dimensão antecipada do comportamento orientado pela aspiração de mobilidade social. Pode-se deduzir que as agências socializadoras pelas quais os jovens são inseridos na sociedade e por meio das quais a sociedade é inculcada nos jovens – família, instituições de ensino e o trabalho – providenciariam a incorporação de normas de comportamento, valores e disposições com os quais os adultos se encontram comprometidos e querem que a nova geração leve adiante. No caso das famílias de classe média, esse processo tem como objetivo criar condições favoráveis a sua própria ascensão social, expressão de sua dependência da classe dominante, a qual sonha integrar. As relações de dependência, que visam a comprometer os jovens com o projeto dos adultos, revelam-se como situação de existência social na qual vínculos firmados reproduzem, a seu modo, as tensões existentes no sistema.

Com efeito, as relações de dependência assumiriam expressões bastante diferenciadas entre si. Foracchi refere-se a essa pluralidade de compromissos de retribuição do jovem para com a família como compondo diferentes *estilos* de dependência⁷. Eles podem variar

7 Foracchi recorre à noção de estilo de pensamento de Mannheim para propor um estilo de dependência, afirmando que “há, então, um estilo de relações sociais, no qual está compreendido aquilo que poderíamos designar como estilo do grupo” (FORACCHI, 1965, p. 63). Ainda como argumenta a autora: “A noção de estilo é bastante adequada, pois, afirmamos, envolve tanto variações no modo dos indivíduos se relacionarem entre si, quanto os fatores sociais responsáveis por tais variações” (Ibid., p. 66).

tanto quanto forem as situações de classe do grupo familiar. Com isso se evidenciam diferentes estilos de dependência, os quais expressariam os diferentes momentos de afirmação da família na estratificação social. Isso se processa de tal modo que é “legítimo afirmar que os estilos de dependência constituem uma manifestação social das condições de manutenção, no nível das relações interpessoais, na medida em que estas são uma expressão da situação de classe no nível da situação familiar” (FORACCHI, 1965, p. 88).

É, portanto, entendida como crônica de avanços e recuos na escala social na história da família de classe média que Foracchi encontrou os elementos necessários para caracterizar a situação de classe da família do estudante. Por isso o ponto de partida de sua análise do comportamento do estudante universitário é a sua situação de classe tal como pôde ser percebida em diferentes momentos da história familiar. Alinhando tais situação na sequência em que se produzem, ela procedeu ao mapeamento da trajetória social percorrida pelas famílias. Em síntese, essa trajetória é iniciada por um “retorno às origens”, movimento que a família realiza sobre si mesma e que mostra as condições de isolamento e de arrojo com que foi conduzida a transformação da situação de origem. No momento seguinte, verifica-se uma ampliação dos contatos e desenvolvem-se as “condições objetivas” para o alcance de “novas dimensões sociais”. “À dimensão especial, originada pelo desejo de ‘melhorar de vida’ conjuga-se o deslocamento ocupacional, como demissão especificamente socioeconômica” (FORACCHI, 1965, p. 112). A classe passa, então, a ser vivenciada como algo distinto da situação familiar, embora com características ainda imprecisas para os agentes. O mecanismo social básico responsável por essa transição é a *ampliação de contatos*, apoiada na redefinição de papéis, o

que conduz à ampliação das atividades, permanecendo, não obstante, restrita à área de influência da família. Porém, é por meio desse mecanismo que se consuma uma modificação fundamental. A família passa a viver a situação de classe, já que, na ampliação de contatos, são criadas condições para a sua intensificação e diversificação, com vista à realização de um objetivo preciso: vincular-se pela situação de classe ao momento presente, elaborando e desenvolvendo as potencialidades nele contidas (Ibid., p. 112-113).

Há, no entanto, uma nítida contradição entre essas determinações do sistema e o conteúdo da atuação do jovem que se envolve em mobilizações estudantis, contradição que expressaria a própria distinção entre o jovem e o estudante.

O que estaria implícito nessa distinção? Que o estudante seja o jovem que se nega a si próprio, na medida em que age em contradição com todas as determinações sociais do seu comportamento. Mas, cumpre ainda indagar, que fatores explicam que ação do jovem se contrapusesse a ação do estudante quando, na realidade, ambos são um só? É precisamente esse ponto que procuraremos elucidar. A situação de classe, tal como repercute sobre a família, entra aqui como fator definitivo de cisão. Servindo-se do jovem como instrumento da sua vinculação à situação de classe, nele colocando a problemática crucial da continuidade da sua posição no sistema, a família cria as condições necessárias para que ele se transforme em estudante e, portanto, para que ele próprio se realize como jovem. Esta, a contradição fundamental que, refletindo sobre o comportamento do jovem, parece estar no próprio cerne das contradições inerentes à constituição da classe média (FORACCHI, 1965, p. 115).

A transformação do jovem em estudante é uma forma de vinculação da família ao sistema de classes, na qual é reconhecido o papel do jovem como agente da mobilidade social, ou, minimamente, da manutenção da posição da família de classe média na estratificação social. Inicialmente, do pon-

to de vista da transformação do jovem em estudante, isso significa que as alterações da unidade familiar adquiriram também um novo significado: a incorporação da dimensão educacional como um dos requisitos do processo de ascensão. Ao estabelecer o estudante como categoria social, a família tende a negar sua situação de origem e a si própria como família, já que o processo de transformação dos vínculos familiares é produzido por fatores extrafamiliares, ou seja, por condições que não são controladas pela família, delegando funções às instituições da educação formal e se submetendo às dinâmicas de reprodução do modo de produção vigente. Por isso, o sentido real da manutenção não poderia ser outro senão o de manter os vínculos de dependência, visto que a família tenta manipular o processo de transformação do jovem em estudante. Ao fazê-lo, a família acaba negando o conteúdo emancipador possibilitado pela mudança de situação do jovem. A transformação do jovem em estudante implica na transformação da família em classe, a qual só pode, por sua vez, tornar-se consciente de sua situação de classe por intermédio do estudante. Foracchi revela que o sentido oculto da manutenção do jovem como estudante é o de manter os vínculos de dependência no limiar da transformação da situação familiar em situação de classe. Todavia, no momento em que esse processo se consuma, o estudante deixa de estar vinculado à família, passando a negar-se como parte dela para integrar-se ao sistema como agente de classe. Percebe-se que na concretização da sua condição social específica de estudante universitário está inscrita a marca da camada que o produziu e a negação parcial do grupo que o constituiu (FORACCHI, 1965).

Como vimos nesta sessão, a constituição do estudante como categoria social envolve todo um conjunto de mecanismos

que visam a controlar o jovem para que cumpra o desígnio familiar de mobilidade ascendente na estrutura de classes. Isso corresponde ao reconhecimento do jovem como agente de transformação da família em situação de classe e elemento por meio do qual se realiza a continuidade ou alteração de sua posição no sistema de classes. Ao mesmo tempo, o jovem redefine sua situação de dependência no interior da família e procede a afirmação da classe como situação de existência. A partir dessa situação, o jovem tende a buscar canais eficientes de autonomia, o que surge como imperativo após a alteração da condição social do jovem em estudante.

A busca por autonomia: trabalho, projeto de carreira e profissionalização

O estudante universitário, que busca superar as relações de dependência com a família e constituir-se como unidade autônoma de manutenção, necessariamente terá de efetivar isso ao nível das conexões histórico-estruturais, ou seja, inserir-se nas relações sociais de produção. A investigação volta-se assim para as vinculações que se estabelecem, por intermédio do trabalho, entre o jovem e o sistema global. A análise sociológica do trabalho estudantil é realizada por Foracchi em dois níveis complementares: a) no nível da constituição do sistema global, quando enfatiza as condições e os efeitos da ação relevantes para a consolidação da ordem competitiva do sistema de classes e; b) no nível das situações interpessoais, ao interpretar os efeitos socializadores e as perspectivas de autonomia próprios aos papéis que o jovem estudante desempenha nos setores extrafamiliares.

A autora demonstra que, no caso dos estudantes que trabalham, eles se libertam das relações de dependência da família, em

diferentes níveis, e passam a experimentar uma emancipação parcial conquistada com o trabalho. Sua abordagem sociológica sobre a situação de trabalho procura, preliminarmente, destacar os elementos do processo de trabalho, ou seja, as condições objetivas em que a atividade se desenvolve e as características sociais do contingente humano que nela é mobilizado. Considera, ainda, os fatores sociais que definem não só a natureza do trabalho executado, mas também a forma de elaboração dos seus resultados, os mecanismos reguladores do consumo e da distribuição e também as perspectivas de autonomia e de dependência que constituem focos orientadores da ação dos jovens envolvidos nessa situação.

Inicialmente, ela constata que o trabalho representa para o jovem a possibilidade efetiva de manter-se como estudante porque lhe proporciona recursos materiais para assegurar sua reprodução pessoal e posição social. Contudo, também representa uma garantia para manutenção de estudante quando o trabalho é realizado de modo parcial, revestindo-se, por isso, de um conteúdo emancipador apenas provisório, já que é visto pelo jovem estudante como uma atividade transitória. “Se o trabalho como recurso social de emancipação só pode ser um trabalho parcial, é admissível concluirmos desde já que a emancipação assim obtida será, pelas mesmas razões, também parcial” (FORACCHI, 1965, p. 128). Com base nessas afirmações, Foracchi identifica uma primeira característica geral da situação de trabalho: “as potencialidades emancipadoras do trabalho dependem das condições sociais sob as quais o trabalho se desenvolve e que estariam, por sua vez, diretamente relacionados com a *natureza* do trabalho executado e com o *significado* que ele apresenta para o estudante” (Ibid., p. 128).

O trabalho do estudante interfere nas horas de estudo, reduzindo-as, e dificultando a realização da condição de estudante. Em contrapartida, ressalta a autora, “amplia experiências, enseja novas relações e coloca o jovem em contato com setores sociais diversificados” (FORACCHI, 1965, p. 129). Ou seja, o trabalho interfere no aproveitamento do curso; contudo, produz efeitos formativos dos quais Foracchi extrai uma segunda característica geral da situação de trabalho: “o significado formativo do curso acentua-se em função das peculiaridades emancipadoras do trabalho” (Ibid., p. 129). Com efeito, conclui que “*o conteúdo emancipador do trabalho é parcial porque, nas condições dadas, as suas potencialidades emancipadoras também são relativas e reduzidas.*” (Ibid., p. 130, grifos no original).

Conforme evidencia, o estudante sente os efeitos emancipadores do trabalho na medida em que o percebe como fonte de recursos de ajustamento às novas situações. Com isso, ele demonstra não atribuir importância ao *seu* trabalho, ou seja, ao trabalho concreto que realiza, mas passa a valorizar o trabalho *em si* como meio de emancipação. “Isso faz com que se dilua, na situação de trabalho, o aspecto, porventura mais característico da atividade que está sendo desenvolvida e que é a qualificação potencial” (FORACCHI, 1965, p. 157). Com efeito, a ideologia do trabalho compartilhado pelo jovem tende a acentuar o conteúdo emancipador da situação do trabalho, conforme pode ser apreendido por suas consequências mais imediatas. A relativa autonomia na própria manutenção, a experiência e a ampliação de contatos são os efeitos sociais imediatos contidos nas representações construídas sobre o trabalho. Contudo, Foracchi alerta para o fato de que os efeitos socializadores do trabalho só apresentam uma implicação emancipadora quando suscitam a formação de novos vínculos. Esse seria, pois, o sentido paradoxal

da emancipação obtida com o trabalho: “a possibilidade de estabelecer ou de criar novos vínculos” (Ibid., p. 158). A autora então questiona qual seria o significado do processo de transformação do jovem em estudante, tal como foi evidenciado pela análise sociológica da situação de trabalho.

Em primeiro lugar, focalizando apenas as implicações socializadoras, esse processo acarreta na redefinição de papéis, na elaboração de novos estilos de vínculo não mais restritos às relações interpessoais, mas no nível da classe. Foracchi destaca, então, os efeitos positivos desse processo que, focalizado nas suas implicações socializadoras, não corresponderia a uma modalidade de opressão do adulto sobre o jovem. Entretanto, suas implicações negativas são as que mais se impõem à análise e as que mais reforçam a alienação do jovem estudante em face dos objetivos que lhe são socialmente oferecidos.

Em segundo lugar, os efeitos desse mesmo processo no plano da situação de trabalho são sociologicamente encarados como situações de convivência. A experiência que o jovem adquiriu com o trabalho proporciona-lhe nova percepção dos limites sociais da autonomia. Foracchi ressalta que, por tratar-se de um agente social específico, o jovem estudante universitário, a natureza e o significado social da atividade por ele desenvolvida são plasmados, de um lado, por sua condição de estudante e, de outro, pela situação de classe. Trata-se, como se observa, de um trabalho socialmente determinado que corresponde ao trabalho de classe média e, como tal, é fragmentado, parcial e subsidiário. Com efeito, “o jovem que se transforma em estudante através do trabalho, é o jovem de classe média empenhado, consciente ou inconscientemente, em objetivar o projeto de ascensão social de sua camada de origem” (Foracchi, 1965, p. 169).

Em terceiro lugar destaca-se que algumas manifestações do processo de trans-

formação do jovem em estudante foram focalizadas no plano da transformação e da consolidação da ordem social. Conforme nossa autora de referência, as determinações sociais de classe, que se encontravam apenas esboçadas nas dimensões socializadoras do processo de trabalho passam a ser plenamente demarcadas, tornaram-se nítidas quando investigadas no plano da expansão e da consolidação das relações sociais de produção vigentes. Chama-se a atenção para os requisitos da constituição do sistema global, para os recursos de afirmação social da classe média, para a ação que desenvolve com vistas à implantação da ordem social competitiva, para os efeitos e proporções da mobilidade ocupacional, segundo a qual se revelaria “a marca de uma camada em ascensão que procura expandir-se, consolidar-se e deter – não importando a que preço – o controle do processo de transformação social (FORACCHI, 1965, p. 169).

Para compreender o significado da ação estudantil, Foracchi interpretou as representações do jovem estudante, relativas à formulação de um projeto de carreira profissional. A resposta possível e a resposta adequada à sua indagação inicial (Por que o jovem estudante se engaja numa ação de conteúdo radical?) são obtidas no exame da sua própria condição social de estudante, isto é, nas fronteiras do seu vinculamento e envolvimento no sistema que o produz. Conforme suas palavras:

É enquanto *projeto de profissional*, é, enquanto categoria transitória, ciente da sua transitoriedade, convencida, por isso mesmo, que sua razão de ser é o seu projeto e que a *carreira é o seu projeto*, que o estudante pode desvendar, no ato de superação da sua própria condição restrita, os caminhos da emancipação, como meta e como destino. Por essa razão, importa investigar os fatores e as condições sociais presentes na elaboração do seu projeto de carreira e como através dele, o estudante atinge o limite da sua condição transitória. (FORACCHI, 1965, p. 172-173)

Sua análise volta-se para as condições sociais em que se desenvolve o projeto de carreira ou, em outras palavras, para as expectativas e exigências da situação que o jovem incorpora ou rejeita no seu projeto de atuação profissional. A autora identifica um conflito latente, atribuído ao caráter pessoal da escolha do jovem que se opôs às aspirações familiares e à interferência da família na escolha da profissão. Nesse contexto, as dimensões básicas da formação universitária expressam as formas possíveis de participação social que o curso proporciona ao jovem. Convergem, assim, ambas as dimensões para uma única situação concreta e insatisfatória que é o curso, enquanto limite do projeto de carreira. O curso passa a ser, então, “*o quadro de referência sobre o qual o estudante projeta os seus anseios de participação*. Representaria, assim, *o modo possível e efetivo de o estudante negar, dentro da especificidade da sua condição, a ordem social que o produz*” (FORACCHI, 1965, p. 190, grifos no original). Diante das limitações do curso para assegurar o alcance da carreira, ele passa a ser questionado em seus fundamentos. Desse modo, o estudante engaja-se na luta pela reforma universitária não por uma questão meramente pedagógica, mas por seus aspectos supostamente secundários que se sustentam num propósito amplo de transformação do jovem e do profissional. Em resumo: as reformas que os estudantes reputam indispensáveis não incidem única e diretamente sobre o curso. Conforme transparecem nas representações, elas são somente o quadro social de referência, a situação mediadora na qual as necessidades de formação intelectual e os requisitos da atuação profissional são projetados sem que possam ser atendidos. As deficiências atribuídas ao curso relacionam-se, por conseguinte, à limitação das modalidades existentes de participação na sociedade global e com o propósito de redefini-las. Revelam-se

assim as representações da carreira e do curso “como dois universos distintos e estanques”. “O profissional opõe-se então, ao estudante, conspurcando inclusive a pureza da formação profissional pelo tipo de prática que se vê obrigado a desenvolver” (Ibid., p. 191).

O padrão profissional vigente é analisado pelo estudante com base em sua experiência de trabalho ou como antecipação da atuação profissional. A formulação antecipada de concepções sobre a profissão, apoiada na experiência proporcionada pelo curso e os contrastes verificados entre este e o padrão profissional, colabora para que sejam elaborados projetos profissionais com base nas exigências imediatas da situação e a realidade concreta dos valores profissionais que, de certo modo, repudiam as aspirações contidas nas representações de carreira. No caso do estudante, parece haver como que um controle deliberado dos mecanismos perceptivos que postergaria o reconhecimento dos fatores subjacentes ao êxito profissional.

O aspecto decisivo é que as reivindicações de carreira levam o estudante a perceber, gradativamente, que as implicações sociais da sua ação são amplas, ou seja, que mais que o padrão vigente de carreira, o que ele realmente deseja transformar é a ordem que o produz. Contudo, é preciso saber por que e como o padrão de carreira se corrompe. Em primeiro lugar, as implicações monetárias do êxito não se apresentam como dados; muito pelo contrário, ele supõe conquistar, por intermédio da carreira, sucesso profissional acompanhado de êxito financeiro. Em segundo lugar, na antevisão do profissional, em razão de sua condição de estudante, ele comprova que o êxito na carreira deve ser precedido por êxito financeiro, e não vice-versa. Então, o que ressalta a análise não é tanto o momento da escolha da carreira, mas principalmente o fato de que ela não se processa, para o estudante, com seus reais pressupostos, os quais, só depois de qua-

se consumados os processos de aprendizagem surgiriam com toda a nitidez. Com efeito, contra tais pressupostos se insurgirá o estudante: contra os requisitos econômicos da carreira e as consequentes restrições a que se encontram submetidos aqueles que não podem incorporá-los e manipulá-los em seu próprio benefício. Veem-se, então, reduzidos a uma única possibilidade: a de voltarem à condição de assalariados, desmascarando, nesse retorno, o conteúdo dito emancipador da carreira profissional. O projeto de carreira constituído no âmbito das relações sociais propiciadas por sua condição de classe média repete, apenas, a ilusão emancipadora que já fora contrariada no trabalho. Percebe então o jovem, que o seu futuro é limitado pela própria situação de classe, enquanto manifestação de uma estrutura de classes.

Com efeito, se considerarmos que os estudantes, em razão de sua própria condição social, desenvolvem uma participação social comum, estabelecem contatos intensos e compartilham de uma mesma situação existencial, concluiremos que eles reúnem algumas condições objetivas para se perceberem como parte representativa de uma classe social. Na origem da consciência da situação encontra-se a luta ou a negação daquilo que representa o fundamento da situação de classe: a condição das bases econômicas que definem os canais do êxito profissional. Justamente esse fundamento lhe é negado no reconhecimento da classe, como categoria, e de si próprio, como elemento da classe. Definindo as aspirações da classe, o estudante deixa, também, de se identificar com elas, só reconhecendo o fundamento econômico da ascensão de classe no momento em que este se apresenta como limitação ao seu projeto de carreira. Ao desenvolvê-lo, ou seja, ao orientar sua ação em termos de luta pela carreira, o estudante apreende as limitações da classe a que pertence. Tendo isso em vista, Foracchi afirma que “*a forma de consciência possível para o estudante, enquanto categoria da classe média,*

se realiza através do seu projeto de carreira” (FORACCHI, 1965, p. 205, grifos no original). Em resumo: o estudante não aceita o padrão profissional vigente, que tem o sucesso econômico como condição prévia, e deseja modificá-lo, pois não conta com os requisitos materiais, considerados indispensáveis à realização de uma carreira profissional autônoma, ao contrário do que acontece com os estudantes das classes altas.

A autora reconhece, assim, dois momentos definidos na constituição do projeto de carreira. Numa primeira etapa, o objetivo, incorporado como projeto, consuma-se na transformação da pessoa, o que proporciona ao jovem um novo conhecimento de si e, em consequência, uma nova visão de mundo. A carreira a que o jovem se destinava é excluída de seu projeto pessoal por intermédio de uma opção que a nega, já que ela representa mais uma imposição exterior das circunstâncias do que um apelo interior inerente à própria personalidade do jovem. Negando seu percurso anterior por identificar nele a marca da imposição das circunstâncias, o estudante nega também as circunstâncias que o impuseram. Nega, sobretudo, sua vinculação à família e, ao mesmo tempo, a legitimidade do sistema que as impôs como aspirações. Num segundo momento, a opção feita pelo estudante não pressupõe somente a negação da carreira como tal, mas é estendida à realidade que o produz. Dessa forma, ele passa a negar a realidade dada e o modo de atuação profissional, criticado e negado pelo projeto. A realidade negada seria, portanto, o perfil da realidade global, visualizado pela atuação profissional. Nesse caso, o projeto de carreira formulado pelo estudante revestir-se-á de um sentido que transcende sua profissionalização e passa a ser percebido como o modo de transformar as exigências da situação.

O reconhecimento da magnitude da tarefa a que se propôs – modificar o atual estado de coisas – faz que o estudante reconheça

as precárias condições que tem para realizá-la apenas com seu esforço pessoal. Por isso é da maior importância o diálogo que se estabelece entre o estudante e o profissional. Nele ficam formulados os propósitos, e ao mesmo tempo se tornam mais objetivos e concretos os fatores, que interferem sobre a realização da carreira. Isso permite, por sua vez, imprimir ao projeto de carreira contornos mais objetivos e menos pessoais. Dito de outro modo, a distensão dos limites da ação sobre as condições da carreira esbarra na amplitude e na profundidade das pressões vinculadoras do sistema. Além disso, nesse diálogo, o estudante encontra com a dificuldade maior, expressa na constatação de que *“as possibilidades existentes de alterar o padrão profissional, em termos da ordem e do sistema, só poderão concretizar-se nos limites da sua própria condição de estudante e na atuação que, enquanto tal, for capaz de desenvolver”* (FORACCHI, 1965, p. 209, grifos no original).

Foracchi demonstra que as limitações ao projeto de carreira do jovem são, em última análise, os limites da situação de classe. Outrossim, é a partir da condição de estudante que o jovem de classe média percebe que o seu futuro profissional é instável e incerto. “Ser estudante é, sob esse aspecto, uma condição especial que pressupõe o preparo gradativo e dosado a uma atividade profissional futura, o que equivale a dizer, a um modo definido de participar da sociedade do seu tempo. É portanto, uma virtualidade, eminentemente voltada para o futuro” (Ibid., p. 211). Assim, o futuro revelado ao estudante universitário seria necessariamente o futuro possível no contexto da classe, e o pro-

jeito de carreira que delineou assume os contornos de projeto de ascensão de classe. O projeto de carreira passa a ser, então, o momento preliminar da práxis efetiva, que transforma o estudante em força do futuro, em agente dinamizador do projeto de classe. Conclui-se, a esse respeito, que os caminhos da profissionalização são percebidos como veios condutores ao êxito e ao prestígio social como parte integrante do projeto de classe, como meio de preservação de sua situação de classe intermediária na estratificação social, contendo assim todas as contradições, ambivalências e limitações da classe social de onde se origina o estudante universitário. Esse vínculo com as classes médias teria reflexos nas formas de ação do estudante, como as que nossa autora evidencia estarem presentes no movimento estudantil.

A práxis estudantil: os limites do radicalismo pequeno burguês

Como demonstrou Foracchi (1965), o estudante, ao elaborar seu projeto de carreira, depara-se com um padrão de atuação profissional que nem sempre é compatível com o que almeja ou com o que lhe é propiciado em termos de aprendizado. Isso, inicialmente, o leva a defender mudanças curriculares em seu curso. A crítica ao currículo converte-se em crítica à universidade e adesão à luta pela reforma universitária⁸. Ao adquirir consciência de que os obstáculos à realização de seu projeto profissional se devem ao “subdesenvolvimento”, o estudante já não se limita a reivindicar as “modifica-

8 A proposta de reforma universitária se integraria a um conjunto de reformas estruturais, “as reformas de base”, que setores populares demandavam, tais como a reformas agrária, urbana e tributária, que marcaram os primeiros anos da década de 1960 e foram bloqueadas com o golpe militar de 1964.

9 “O subdesenvolvimento, entendido em termos estruturais, não deixa larga margem à concretização de projetos de ascensão elaborados em escala social. O sistema social não dispõe de requisitos suficientemente flexíveis para absorver as reivindicações estudantis embora não possa ao mesmo tempo impedi-las de se manifestarem.” (Foracchi, 1982, p. 60)

ções de curso ou de currículo, mas já está em condições de radicalizar o seu engajamento, ou seja, de identificar-se com grupos que lutam pela transformação da sociedade” (FORACCHI, 1965, p. 218).

A análise alcança por essa via duas formulações: “as possibilidades de atuação só poderão concretizar-se nos limites da condição de estudante e a de que as proporções da ação, quando colocadas em termos de carreira, transcendem os limites socialmente definidos pela condição de estudante” (Ibid., p. 220). Na primeira, a autora procura enfatizar a existência de uma ação especificamente estudantil, de cunho reivindicativo, fundada nas aspirações por reformulação dos padrões da carreira e no projeto de carreira. Na segunda, indica que o jovem estudante, ao engajar-se no movimento estudantil, apreende as limitações sociais de sua condição de estudante enquanto categoria vinculada à classe média ascendente. Por essa via, ela direciona a investigação para a ação dos jovens nos marcos do movimento estudantil, analisando as condições sociais da participação do estudante, a luta pela reforma universitária e a práxis estudantil, que passa a ser caracterizada como a expressão do radicalismo pequeno burguês.

Retomando o ponto de partida da análise de Foracchi sobre o Movimento Estudantil encontramos a origem de classe do estudante. As condições sociais da participação do estudante no processo político brasileiro são interpretadas tendo como referência a “sua classe de origem que é, predominantemente, a pequena burguesia ascendente, denominadas por alguns autores de ‘nova classe média’” (FORACCHI, 1965, p. 221). A práxis estudantil desenvolver-

-se-ia nessa conjuntura política como expressão radical da práxis pequeno-burguesa. Seu projeto de transformação da sociedade, contido na luta pela Reforma Universitária, teria como limites os interesses defendidos pela pequena burguesia, o que leva a autora a deter-se nas características da atuação política dessa camada. Afastada da alternativa proletária e marginalizada no processo capitalista de produção, a classe média é a categoria intermediária que se comprime entre as contradições do sistema, não contando com um estilo de atuação que a singularize ou com uma filosofia prática que lhe descortine perspectivas imediatas de futuro¹⁰. Isso porque, ao constituir-se como classe emergente, a classe média estaria posicionada em relação às demais classes em uma posição de dependência.

Com efeito, a condição assalariada a vincula, positivamente, às camadas populares, fazendo-a, não raro, compartilhar das suas reivindicações nem que seja, exclusivamente nos moldes de um tímido ou subjetivo apoio. Por outro lado, essa mesma condição de assalariada a vincula em termo de dependência e subordinação à experiência acumulada e à visão histórica das camadas dominantes, incapacitando-a para efetiva tomada de posição que exija ruptura desses vínculos. O vínculo de dependência, inerente a sua condição assalariada, faz com que a pequena burguesia aja compelida pelo temor de perder a situação de dependência e os escassos benefícios que ela desfruta (FORACCHI, 1965, p. 222).

Isso denotaria a incapacidade do movimento estudantil, por seu vínculo de classe, de oferecer primeiramente uma saída revolucionária à situação nacional. A fragilidade ideológica e organizativa do movimento teria, assim, a marca da pequena burguesia, essa classe ambígua que não tem unidade

10 “O que os torna representantes da pequena-burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa o limites que essa não ultrapassa na vida, de que são consequentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena –burguesia” (Marx, 1958, p. 43. *Apud.* Foracchi, 1965, p. 225)

política por ser produto da polarização das classes. Foracchi se interessa por compreender como essa ambiguidade de orientações se reflete no comportamento político do estudante e nas feições do movimento estudantil.

Importa-nos nesse aspecto apenas reter que a autora problematizou o significado da politização, visto a partir da perspectiva do jovem, que seria o de propiciar a formação de laços de solidariedade interna, fazendo que ele percebesse, com maior nitidez, as dimensões sociais da condição de jovem e de estudante. O que ressalta de sua análise é o fato de que “esse mundo novo, aberto às suas aspirações de jovem, essa inédita oportunidade de diálogo com iguais, corresponderia, em termos de conhecimento e de ação, à contrapartida radical da atuação da classe que só agora o jovem passa a perceber como possibilidade” (FORACCHI, 1965, p. 224). Como a autora destaca, o convívio no ambiente universitário é que propiciará ao jovem estudante a elaboração de uma nova representação de si e dos papéis que deve desempenhar. Ou seja, somente na condição de estudante ele é capaz de reconhecer, com maior êxito do que outros jovens, o sentido da vinculação de sua camada de origem às camadas dominantes e de percebê-la como obstáculo à concretização do seu projeto profissional.

Se o movimento estudantil adquirisse a conotação de enfrentamento radical ao sistema, ele se daria por intermédio e influência de uma vanguarda materializada nas organizações partidárias e correntes políticas atuantes no movimento estudantil, que cumpririam a função de politizar as lutas dos estudantes, promovendo a vinculação da luta estritamente estudantil a uma crítica do sistema de classes. Contudo, isso só se efetivaria com o estabelecimento de uma aliança popular a ser formada pelo alinhamento das lutas estudantis às acusadas pautas das classes subalternas e

exploradas nas relações sociais de produção, notadamente da operária e camponesa. Portanto, a atuação radical só seria virtualmente revolucionária na medida em que os estudantes negassem seus vínculos com a classe média e aderissem ao projeto do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais.

Diante desses aspectos a autora salienta que é imperativo reter que o movimento estudantil deve ser considerado dentro dos limites da condição de estudante, que, como vimos, é transitória e parcial. Assim, sua potencialidade revolucionária estaria limitada pelas próprias características sociais da condição de estudante universitário. Isso quer dizer que o mesmo processo social que preside a constituição do estudante atuaria como força limitadora da práxis estudantil.

Ao lado do processo de constituição do estudante como categoria social, engendra-se um estilo de práxis política que desvenda, ao mesmo tempo, a peculiaridade da sua própria condição e aspectos da situação global que a constitui. Transformando-se em estudante, o jovem é levado a agir e, agindo, torna-se capaz de compreender e criar disposições positivas para modificar as condições que o transformam em estudante, impedindo-o porém de tê-lo com autonomia: as condições inseridas na problemática da sua classe de origem. Em outras palavras, isso quer dizer que as mesmas condições sociais que presidiram o processo de constituição do estudante e que estavam, portanto, integradas ao projeto familiar de ascensão e de transformação da ordem social exercem uma influência limitadora sobre a ação do estudante como tal. [...] Ou seja, ser estudante equivale a viver, nos limites de uma condição social particular, a ambiguidade da situação de classe (FORACCHI, 1965, p. 241).

Torna-se evidente que em suas considerações a ação pequeno-burguesa traduz uma modalidade de consciência da situação delimitada pelas características sociais da sua própria situação de classe. É por conta dessa ambiguidade (a situação vacilante entre a adesão a um projeto de desenvolvimento nacional que altere as relações vigentes entre as clas-

ses sociais e a preservação de seus privilégios como classe intermediária e dependente da classe capitalista) que o movimento estudantil teria limitações para contrapor-se à ordem social. Com efeito, segundo Foracchi, a ação do estudante só adquire amplitude societária “sob condição de estar conjugada com a ação das demais forças sociais de renovação, que se manifestam na sociedade brasileira” (FORACCHI, 1965, p. 249). Somente na medida em que a ação do estudante estiver identificada com um processo de ampla luta social por transformações e em aliança com outros setores populares é que ela poderá se revestir de alguma conotação “revolucionária”.

O movimento estudantil, expressão radical da ambígua polarização ideológica da pequena-burguesia, é percebido por Foracchi como um setor propício a compor o movimento de massas urbanas que estariam interessadas na transformação do *status quo*. Com efeito, ela identifica, de um lado, a radicalização como componente necessário do comportamento do jovem na sociedade capitalista, e de outro a própria situação social da pequena-burguesia que estaria envolvida na luta pela transformação da ordem vigente. Ela descortina, assim, o significado social da ação radical tal como se desenvolvia na sociedade de sua época. Como conclusão da análise da práxis estudantil, Foracchi (1965) destaca a ambiguidade da pequena burguesia tal como entrevista na análise do movimento estudantil. Ela apresentaria, portanto, algumas características singulares, a saber:

a) negação da classe como condição determinante da ação; b) afirmação da prioridade necessária da consciência sobre a ação; c) a preocupação de lastrear a ação em reivindicações específicas e parciais. Essa esquematização sumária nos possibilita reconhecer, em linhas gerais, alguns limites socialmente interpostos à práxis pequeno-burguesa: 1) o confinamento estrutural lhe permitiria atingir, apenas de modo indireto, a sociedade como um todo; 2) a ambígua polarização ideológica e

o sentido paradoxal de seu engajamento equivaleriam a manifestações sócias da impossibilidade estrutural de reconhecer-se e de agir política e unitariamente como classe; 3) a delimitação do alcance social da ação se expressaria através da atomização desse estilo de práxis em categorias socialmente transitórias, como o estudante, por exemplo (FORACCHI, 1965, p. 291).

Podemos, assim, concluir que a pequena burguesia, dadas as condições do seu isolamento estrutural e dado o teor das suas relações de dependência com as camadas dominantes, não pode formular qualquer reivindicação global que lhe seja própria enquanto classe. “Há um processo de *reifificação* das forças de renovação que fragmenta a capacidade reivindicativa em setores sociais específicos, criando obstáculos para a incorporação de uma reivindicação unitária e para a elaboração de um estilo correspondente de luta política” (Ibid., p. 294).

Como se observa, a autora situa sua análise no contexto político e social de sua época para poder identificar os limites e os alcances do movimento estudantil universitário. Sendo um tipo de ação específica, sua ação emergiria a partir de condições determinadas pela estrutura social. A abordagem difere de posições voluntaristas que não percebiam a ação dos estudantes a partir de seus vínculos de classe. É justamente essa vinculação que caracterizaria o movimento estudantil. Com isso ela pode concluir que, por seus vínculos com a perspectiva de classe média, o radicalismo estudantil não teria feição revolucionária. Com efeito, a particularidade desse radicalismo não estaria na superação revolucionária dos antagonismos de classe que impedem o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, mas apenas na tentativa de superar os obstáculos aos projetos de mobilidade social das classes médias. O que leva Foracchi a identificar que a função transformadora das camadas médias, manifesta pelo setor radicalizado da pequena

burguesia, não comprometeria o *status quo* vigente. Ou seja, no movimento estudantil universitário se evidenciarão as características mais nítidas do radicalismo pequeno burguês, tal como este poderia ser apreendido na constituição do estudante como categoria social.

A análise da condição social do estudante e do movimento estudantil universitário, presente na tese de Foracchi, refere-se à conjuntura dos anos iniciais de 1960 e observa a atuação estudantil no período do governo João Goulart. Esse quadro de referência sofrerá profunda alteração com o golpe militar em 1964, reposicionando o papel do movimento estudantil, sua força e suas formas de ação. Isso foi marcado pela mudança de *status* do movimento estudantil – de força impulsionadora das reformas de base no governo de João Goulart em uma das principais forças de oposição ao regime militar. Com efeito, essa mudança redefiniria o âmbito de atuação e os quadros de referência do movimento estudantil, conferindo um caráter menos abstrato ao seu radicalismo e projetando novas formas de engajamento na luta política, comprometendo a luta daquela geração para com a restauração da democracia no Brasil. Isso levou Foracchi a recolocar em novos quadros teóricos a análise do movimento estudantil nos textos de 1968 e de 1972. Entre as inovações interpretativas posteriores, Foracchi especificaria a distinção entre os movimentos estudantil e juvenil.

O movimento *hippy*, na sua impotência e na sua limitação é, por excelência, o movimento de juventude que leva às últimas consequências as virtualidades sociais e intelectuais da condição de jovem. O movimento estudantil, na sua virulência revolucionária ou reformista, na proporção em que refina a sua prática contestadora, balizando-a, sempre, por considerações táticas ou estratégicas, negocia conciliações e compromissos, aceita os termos da luta, propondo-se alvos políticos, sendo político e fazendo política, entrando, em última análise, no jogo dos adultos, acatando um estilo de contestação adulta” (FORACCHI, 1972, p. 93).

O movimento estudantil é interpretado pela autora por um prisma diverso daquele com que analisa o movimento de juventude. Acentua-se, como característica dele, a identificação política com correntes radicais de esquerda, o qual retira conteúdos “revolucionários” às suas reivindicações e se avalia, com pessimismo, a consistência das suas posições políticas (Ibid., p. 109). Contudo, como a própria autora esclarece, “não se trata de questionar a vinculação pequeno-burguesa ou diluir a sua importância explicativa, pois ela é um dado que remonta à origem social do estudante. Trata-se na verdade de assumi-la teoricamente, reequacionando o seu sentido analítico” (Id., 1968, p. 67).

Considerações finais

A obra de Foracchi insere-se no pensamento social brasileiro marcando o momento de formação da Sociologia da Juventude. Em seus trabalhos se encontra uma concepção dialética sobre a juventude. Essa é percebida simultaneamente como uma fase de vida, uma força de renovação social e um determinado estilo de existência. O jovem adquire feições concretas como ser socialmente dependente em busca de recursos que lhe permitam efetivar a conquista da autonomia. Vive sua condição juvenil a partir de certa posição na estrutura social que é propiciada por sua classe de origem de tal modo que o conhecimento da juventude pressupõe o reconhecimento de sua situação de classe. Sua compreensão da condição juvenil enfatiza a posição subalterna do jovem diante do adulto e da ambivalência que marca esse processo de transição. Ao longo dessa transição se efetuam os processos de socialização nos quais se evidencia a construção social do jovem como categoria sociológica. Com isso, demonstra que a juventude, os jovens, os estudantes e o movimento estudantil constituem categorias sociológicas específicas que trazem as contradições das relações sociais que os consti-

tuem. Com efeito, sua obra oferece a possibilidade para diferenciarmos as situações juvenis e reconhecermos a existência de múltiplas juventudes por conta das condições de classe e dos processos de socialização experimentados pelos jovens.

No caso do seu estudo clássico, a categoria singular foi o jovem estudante universitário. Por força das contradições de sua vinculação ao modo de produção capitalista ele se constitui sujeito histórico por meio do movimento estudantil. Compreende-se esse movimento como essencialmente político, que daria expressão a um radicalismo pequeno burguês devido à origem de classe do estudante universitário. Deste debate é mister reter que, por intermédio do movimento estudantil, os jovens passaram a figurar como agentes na luta política nacional e incidir na definição da agenda do Estado. En-

tretanto, como movimento social de massas, ele se revela inconstante, registrando períodos de ascensão e de refluxos de mobilização, assim como assume formas e conteúdos diferenciados conforme a conjuntura política. Levando isso em consideração é possível compreender as mudanças pelas quais passou o movimento estudantil brasileiro e o movimento juvenil em sua apreensão mais ampla.

Retomar os temas estudados por Marialice Foracchi, atualizando-os à luz das contradições atuais da sociedade brasileira ou, ainda, valer-se de seu legado teórico para pensar as condições sociais de jovens e suas formas de ação em outros contextos são exercícios igualmente desafiadores. Poderão ser realizados por quem aceitar o desafio de retomar essa vertente crítica no desenvolvimento da Sociologia da Juventude no Brasil.

Referências

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5; n. 6, p. 25-36, 1997.
- AUGUSTO, M. H. O. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-33, nov. 2005.
- BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude*. 4. vol. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- CARDOSO, R. C. L.; SAMPAIO, H. M. S. (Org.). *Bibliografia sobre juventude*. São Paulo: Edusp, 1995.
- EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FERNANDES, F. Sociologia da educação como “sociologia especial”. In: FORACCHI, M. M.; PEREIRA, L. *Educação e sociedade: leituras de Sociologia da Educação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1971.
- FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. P. 37 – 68.
- FORACCHI, M. M. Educação e planejamento: aspectos da contribuição de Karl Mannheim para a análise sociológica da educação. *Sociologia Boletim (FFLCH/USP)*, v. 7, n. 252, 1960.
- _____. *O estudante na transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.
- _____. Juventude e realidade nacional. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, v. 5; v. 6, p. 9-18, mar. 1966.

- _____. Aspectos da vida universitária na sociedade brasileira. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano IV, v. 21; v. 22, p. 65-78, set./dez. 1968.
- _____. *A juventude e a sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- _____. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2004 [Original publicado em 1977].
- FORACCHI, M. M.; PEREIRA, L. *Educação e sociedade: leituras de Sociologia da Educação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1971.
- IANNI, O. O jovem radical. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 225-242.
- MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69-94.
- _____. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. A. (Org.). *Mannheim, grandes cientistas sociais*. n. 25. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.
- MARTINS, J. S. Apresentação. In: FORACCHI, M. M. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MARTINS, T. G. *Movimento estudantil, classe média e radicalismo na obra de Marialice Menearine Foracchi (1929-1972)*. Trabalho apresentando no CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 6 a 11 de setembro de 2011, Recife, mimeo, 27p.
- MILLS, W. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- PARSONS, T. A classe como sistema social. In: BRITTO, S. *Sociologia da juventude III: a vida coletiva e juvenil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 47-76.
- POERNER, A. J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: CMJ, 1995.
- SILVA, A. P. A sociologia brasileira e os primeiros estudos sobre a juventude e o universo estudantil. *Revista Caos*, João Pessoa, n. 16, set. 2010. Disponível em: <www.cchla.ufpb.br/caos/n16/artigo-6-fabiano.doc>. Acesso em: 13 maio 2014.
- SOARES G. D. Ideologia e participação política estudantil. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 243-266.
- STOETZEL, J. Os jovens na sociedade japonesa: uma identificação demográfica. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 119-132.
- TAVARES, M. R. *Juventude ou classe social? Debate teórico acerca do movimento estudantil*. 2008. 62 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Resumo

Marialice Foracchi e a formação da Sociologia da Juventude no Brasil

Neste ensaio se interpretam as principais contribuições teóricas legadas por Marialice Foracchi à Sociologia da Juventude. Inicialmente aborda a origem desse campo disciplinar e os autores que a influenciaram. Segue apresentando o conjunto de sua obra e debatendo sua perspectiva interpretativa. Aborda o processo social de transformação do jovem em estudante, destacando os vínculos de manutenção e os estilos de dependência atribuídos à situação de classe. Retoma sua análise do processo de transição da dependência à autonomia por meio da inserção no trabalho, da profissionalização e dos projetos de carreira. Discute o movimento estudantil, por meio do qual os jovens se constituem como sujeitos históricos, apontando os limites do radicalismo de pequeno burguês que o caracteriza. Conclui que a obra dessa autora possibilita diferenciar as situações juvenis por conta das situações de classe e dos processos de socialização.

Palavras-Chave: Marialice Foracchi; Sociologia da Juventude; Situação de Classe; Profissionalização; Movimento Estudantil.

Abstract

Marialice Foracchi and the formation of the Sociology of Youth in Brazil

This essay discusses the main theoretical contributions bequeathed by Marialice Foracchi to the Sociology of Youth. It deals initially with the origins of such disciplinary field and the authors who influenced it. In continuation, it provides a presentation of Foracchi's work and discusses her interpretative perspective. In so doing, the paper approaches the process of social transformation of a young person into a student, highlighting the ties of maintenance and the dependency styles attributed to its class situation, and resumes her analysis of the process of transition from the situation of dependence to that of autonomy through the youth's insertion into the labor market, its professionalization and career projects. Furthermore, the essay discusses the student movement, whereby the youths become historical subjects, pointing to the limits of the petit bourgeois radicalism that characterizes it. In its conclusions, the essay points out that Foracchi's work offers the possibility of differentiating juvenile situations based on class situation and socialization processes.

Keywords: Marialice Foracchi; Sociology of Youth; Class Situation; Professionalization; Student Movement.

Résumé

Marialice Foracchi et la formation de la sociologie de la jeunesse au Brésil

Cet article interprète les principales contributions théoriques léguées par Marialice Foracchi à la Sociologie de la Jeunesse. L'auteur aborde initialement l'origine de ce domaine disciplinaire et les auteurs qui l'ont influencé. Il présente, ensuite, l'ensemble de son travail et débat sa perspective interprétative. Il aborde le processus de transformation sociale du jeune en étudiant, en soulignant les liens de transition de dépendance attribués à la situation de classe. Il reprend son analyse du processus de transition de la dépendance à l'autonomie par l'insertion, dans son travail, de la formation professionnelle et de la carrière. Il analyse le mouvement étudiant, par lequel les jeunes se constituent en sujets historiques, soulignant les limites du radicalisme petit-bourgeois qui le caractérise. Il conclut que le travail de Marialice Foracchi offre la possibilité de différencier les situations juvéniles en raison des situations de classe et des processus de socialisation.

Mots-clés: Marialice Foracchi; Sociologie de la jeunesse; situation de classe; formation professionnelle; mouvement étudiant.